

## **Realidade ou Utopia: o intérprete de libras na educação dos surdos**

**Reality or Utopia: the interpreter of libras in the education of the deaf students**

**Realidad o Utopía: el intérprete de libras en la educación de los sordos**

Recebido: 26/05/2022 | Revisado: 09/06/2022 | Aceito: 12/06/2022 | Publicado: 25/06/2022

### **Rosemary Meneses dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1620-9653>  
Faculdade de Ensino Superior de Parnaíba, Brasil  
E-mail: [rosemarymeneses2009@gmail.com](mailto:rosemarymeneses2009@gmail.com)

### **Vanessa Carvalho da Silva França**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4479-9091>  
Faculdade de Ensino Superior de Parnaíba, Brasil  
E-mail: [vanessa.csfranca@gmail.com](mailto:vanessa.csfranca@gmail.com)

### **Dalva de Araujo Menezes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7708-4044>  
Faculdade de Ensino Superior de Parnaíba, Brasil  
E-mail: [dalva.araujophb@gmail.com](mailto:dalva.araujophb@gmail.com)

### **José Roberto Menezes dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1640-4141>  
Universidade Federal Delta do Parnaíba, Brasil  
E-mail: [jrobertoms34@gmail.com](mailto:jrobertoms34@gmail.com)

### **Maria Aurioneida Carvalho Fernandes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4519-7586>  
Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil  
E-mail: [aurioneida@yahoo.com.br](mailto:aurioneida@yahoo.com.br)

### **Maria dos Navegantes Veras da Cunha**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1193-017X>  
Alpha Kids, Brasil  
E-mail: [navinhavc@outlook.com](mailto:navinhavc@outlook.com)

### **Anna Paula Vêras da Cunha**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9173-4461>  
Escola Arco-Íris, Brasil  
E-mail: [paulinhaaveras@hotmail.com](mailto:paulinhaaveras@hotmail.com)

### **Resumo**

A pesquisa debruça-se em investigar a educação como um serviço essencial para seus estudantes, capaz de lhes tornar cidadãos com identidade, conhecedores de se, fazer parte de um espaço e eliminar barreiras que lhes impeçam de ser construtores do seu desenvolvimento pessoal e social na sociedade, em específico no âmbito educacional, de modo que ela seja para todos, com metodologias, instrumentos, profissionais e a Língua Brasileira de Sinais - Libras na promoção da inclusão, equidade e qualidade do ensino a alunos surdos na rede regular do municipal de Tutóia – MA. O artigo mostra a realidade ou utopia do intérprete da língua de sinais na escola com surdos. O trabalho desenvolveu-se com uma investigação exploratória descritiva a partir de relatos de experiências em três escolas municipais no ano de 2021, com abordagem qualitativa. Para certificar o estudo, utilizaram-se as plataformas do Google Scholar, Scielo e literaturas em geral. Deste modo, a revisão literária e observações nas escolas, constataram a ausência do intérprete de Libras. Os professores atuantes sabem da existência da língua sinalizada, mas não possuem conhecimentos práticos que favoreçam o processo de ensino nos dois idiomas assegurados no Brasil: a Libras e o Português. Além, do professor responsável pela turma, a rede de ensino precisa ofertar, a esses profissionais, formação inicial e continuada sobre o ensino para surdos e sua língua, capazes de proporcionar condições estruturais e pedagógicas às particularidades de aprender do aluno surdo, sem lhe tirar o direito de ser cidadão.

**Palavras-chave:** Intérprete de libras; Ensino; Surdos; Aprendizagem.

### **Abstract**

The research focuses on investigating education of deaf students as an essential service, capable of making them citizens with an identity, knowledge of their places and being part of a space, thus eliminating barriers that prevent them from being builders of their personal and social development in society, specifically in the educational field. Making this education accessible to all, with methodologies, instruments, professionals and the Brazilian Sign Language - Libras, in promoting inclusion, equity and quality of education for deaf students in the basic education of schools in the municipality of Tutóia – MA. The article proposes to show the reality or utopia of the LIBRAS interpreter in the education of the deaf students. The work was developed with a descriptive exploratory investigation

based on reports of experiences in three schools in the municipality in the year 2021, with a qualitative approach. To certify the study, Google Scholar and Scielo platform and literary review in general were used. As a result, the literary review and observations in schools, found the non-presence of the Libras interpreter. The active teachers know about the existence of the signed language, but they do not have practical knowledge that favors the teaching process in the two languages guaranteed in Brazil: LIBRAS and Portuguese. In addition to the teacher responsible for the class, the teaching network needs to offer these professionals initial and continuing training on teaching for the deaf students and their language, capable of providing structural and pedagogical conditions for the learning characteristics of deaf students, without taking away the right to be a citizen.

**Keywords:** Libras interpreter; Teaching; Deaf; Learning.

### Resumen

La investigación se centra en investigar la educación como un servicio esencial para sus estudiantes, capaz de hacerlos ciudadanos con identidad, conocedores de estar, de formar parte de un espacio y eliminar barreras que les impidan ser constructores de su desarrollo personal y social en la sociedad en específico en el ámbito educativo, de manera que ella sea para todos, con metodologías, instrumentos, profesionales y la Lengua Brasileña de Señales - Libras en la promoción de la inclusión, equidad y calidad de la enseñanza a alumnos sordos en la enseñanza regular de la red municipal de Tutóia – MA. El artículo se propone mostrar la realidad o utopía de la presencia del intérprete de Libras en la educación de los sordos. El trabajo se desarrolló con una investigación exploratoria descriptiva a partir de relatos de experiencias en tres escuelas del municipio en el año 2021, con enfoque cualitativo. Para certificar el estudio, se utilizaron las plataformas de Google Scholar, Scielo y literaturas en general. De este modo, la revisión literaria y las observaciones en las escuelas, constataron la ausencia del intérprete de libras. Los profesores actuales saben de la existencia de la lengua señalizada, pero no poseen conocimientos prácticos que favorezcan el proceso de enseñanza en los dos idiomas asegurados en Brasil: a Libras y el Portugués. Además, del profesor responsable de la clase, la red de enseñanza necesita ofertar, a esos profesionales, formación inicial y continuada sobre la enseñanza para sordos y su lengua, capaces de proporcionar condiciones estructurales y pedagógicas a las características de aprendizaje del alumno sordo, sin quitarle el derecho a ser ciudadano.

**Palabras clave:** Intérprete de libras; Enseñanza; Sordos; Aprendizaje.

## 1. Introdução

No Brasil, a educação nos últimos anos, tem apresentado várias reflexões de como criar um ensino que favoreça as necessidades educativas dos alunos, em específico aos surdos. É sabido que as escolas anualmente estão recebendo um número significativo de matrícula de discentes surdos, os obstáculos estão se apresentando, colocando a instituição a se reorganizar quanto as suas práticas metodológicas, espaços físicos, materiais didáticos, formação de professores e outro profissional especialista capaz de atender as características do aluno surdo. Todavia, a Constituição Federal 1988, Lei do estatuto das pessoas com deficiência – LBI, nº 13.146/2015, Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 e a LDB, 9.394/96, apresentam a Libras, como matriz de comunicação e expressão, ressaltando em termo de oportunidades à educação, precisa ser igual a todos (Brasil, 2015).

Dessa maneira, o ensino direcionado aos surdos deve respeitar suas particularidades, perpassando cada etapa da Educação, desde aos níveis infantis, fundamental até atingir o nível superior. Com isso, as questões cultural, histórica, linguística e social devem ser parte do ato de ensinar, compreendendo que uma educação pensada e voltada a promover a aprendizagem, não deve deixar de fora as experiências pessoais dos alunos, pelo fato dela inovar propostas pedagógicas ao professor no ambiente escolar e aos demais profissionais envolvidos na arte de ensinar. É importante mencionar que cada estudante possui distintos conhecimentos de vida, capazes de enriquecer novas experiências no mesmo ambiente, promovendo uma educação bilíngue/ inclusiva, tendo a Libras e o Português na forma escrita, respeitáveis para o desenvolvimento social dos surdos. Para Grassi et al., (2011), a Libras se faz necessária nas escolas, por ela ser capaz de oportunizar interação de comunicação dos surdos com os ouvintes.

É inexplicável o valor da linguagem para as pessoas. Ela é um elemento basal ao feedback do homem e a educação deve pensar no benefício que terão os alunos não surdos, quando tiver contato com outra língua diferente e de maneira natural. Utilizar dois idiomas, uma delas sempre necessitará de profissionais especializado na área, com isso, reporta-se a inserção de Intérpretes de Libras em facilitar a aquisição do ensino e desempenhar com destreza seu papel de mediar os conteúdos de uma

língua a outra na construção significativa da aprendizagem. Neste sentido, Glat (2018), aduz da importância da educação em promover transformação em todas suas condições de acesso e permanência que atenda à inclusão de surdos e sua cultura, revendo dia a dia o ensino com qualidade para aquisição da aprendizagem. Sobretudo, a escola perceber os obstáculos que surgem com a ausência do intérprete na sala. Este profissional onde há alunos surdos frequentando o âmbito educacional é necessário e sua garantia surge com a Lei nº 10.436/2002, Decreto nº 5.626/2005, que prisma a responsabilidade e o compromisso dos sistemas governamentais, como também da comunidade civil em assegurar um ensino de qualidade que atente os mínimos detalhes das diferenças de aprender do público presente nas salas de aula regulares, trazer a conscientização de mudanças continua desde a criação da lei e decreto sobre os direitos da sociedade brasileira em relação a educação dos surdos. Completando, Teixeira et al (2020, p. 04) corrobora em citar “que um dos maiores desafios enfrentados pelas Instituições de Ensino é a falta de profissionais qualificados, habilitados e com formação em Libras para atender aos estudantes Surdos”. Nesta consciência, os órgãos governamentais são fundamentais para implementação deste profissional.

Analisando os manuscritos, o artigo discute sobre o intérprete de língua de sinais, sua contribuição, o desenvolvimento dos surdos e sua educação escolar. Além de mostrar a inclusão com uma visão às diferenças, no qual as características de existência das pessoas surdas na sociedade, não são de agora, escritos mostram sua existência desde as primeiras civilizações, ao longo da história social do Brasil, dessa forma, eles continuarão existindo. A inclusão, deve pensar em mudanças na sociedade e sua reorganização em oferecer aos alunos com diferença linguísticas, oportunidades iguais na educação Brasileira, capazes de aceitar as diferenças, com o uso da Libras, aboli crenças erradas das capacidades do surdo, onde seus direitos legais, devem ser resguardados, garantido a eles à convivência, não à segregação, com promoção a conhecimento vivo e contínuos unidos aos demais alunos. Com este escopo, a pesquisa discuti como problema: a falta do intérprete de Libras mediando o ensino, traz consequências a aprendizagem dos surdos nas escolas municipais de Tutóia?

Com a indagação acima, é importante ressaltar as concepções históricas de exclusão educacionais que trazem os surdos em sua trajetória escolar quanto às barreiras linguísticas. Portanto, a Libras é um direito adquirido pelos surdos com a lei 10.436/2002 em oportunizar as aulas em sua própria língua. Neste viés, na sala regular, a figura do intérprete coopera para uma educação mais acessível; eliminando as barreiras de comunicação, aprendizagem e interação no contexto escolar, transformando o ensino com proposta de qualidade e respeito as distinções de aprendizagem tanto em aspectos pedagógicos como humanos. Assim, Brito (2010) explana do ensino ser trabalhado na língua sinalizada, em contexto bilíngues.

Ressalta, que nos estados brasileiros, a educação inclusiva sofre barreira em não suprir as singularidades de aprender dos surdos, a presença do intérprete na escola é um desafio ainda não superado. Contudo, há necessidades de mudanças, sendo urgente repensar a organização de um ensino livre de preconceitos diante às diferenças, acessível não somente a matrícula, mas, todo o âmbito se modifique para acolher e atender as reais necessidades da educação para alunos surdos. Diante do revelado, Quadros (2015), Albres e Saruta (2012), quando profere todos, compreende-se que a escola com seus servidores administrativos, pedagógicos e humanos, deve ir em busca de aprender e usar a Libras na transformação das escolas com espaço de inclusão/bilíngue, sendo ela parte integrante das atividades desenvolvidas, onde os funcionários conheça e pratique-o na presença do aluno. Com estes elementos, a pesquisa objetiva como foco principal: mostrar a contribuição do intérprete de Libras na educação dos surdos.

Para atingir a finalidade central, objetivou: apresentar a inclusão do intérprete de libras no ensino público do município de Tutóia; identificar as consequências criadas pela ausência do intérprete na educação dos surdos e descrever como a inclusão vem sendo trabalhada no dia a dia das escolas regulares. Neste foco, o artigo justifica por entender do quão os surdos, como cidadãos dotados de habilidades em relação a qualquer outro sujeito, deve ser respeitado na escolar, com a libras como parte basilar das atividades que são desenvolvidas no cotidiano das disciplinas, tendo o professore e intérprete o compromisso na procura de metodologias e estratégias acessíveis à diferença linguística do aluno e compatíveis ao seu jeito de

aprender. Neste sentido, elencam-se estudos semelhantes existentes que corroboraram com o tema trabalhado: Lacerda, Santos e Caetano (2014), dos Santos et al., (2017), Girke (2018), Lelis Ribeiro (2020).

## 2. Metodologia

O artigo se construiu com relatos de experiências, tendo a observação como recurso principal em coletar os dados nas três escolas pertencente a rede municipal de Tutóia – MA, no segundo semestre de 2021. A escolha destas, justifica-se por apresentarem estudantes surdos e terem maior permanência de frequência no dia a dia da escolar. Ao realizar uma pesquisa e essa seja munida por análises observacional, o pesquisador deve ser criterioso com as fontes que está sendo utilizada, para não desviar o foco investigado, desta maneira Chizzotti (2018, s/p), a observação “é um núcleo originário e privilegiado de pesquisa que visa obter conclusões a partir da experimentação”. Com o objetivo de desvendar conhecimentos precisos da realidade educacional das escolas, a investigação aconteceu nos turnos vespertino e matutino, com visitas dois dias por semana para cada escola, contabilizando (2) duas horas a cada dia. A pesquisa utilizou uma investigação exploratória descritiva, tendo a intenção de certificar dados, sobre as verificações dos pesquisadores em cada encontro de discussões das fontes levantadas, além de fundamentar os conhecimentos colhidos com acervos diversos que também desenvolvem investigação com descritores de educação, inclusão, formação inicial e continua dos profissionais em específico professor, intérprete, acessibilidade de recursos, políticas públicas direcionados as pessoas surdas, interação surdo/surdo e surdo/ouvinte na escolar.

Para descrever os dados obtidos, usou-se de uma abordagem qualitativa. Esta seleção se deu pelo motivo dos investigadores buscar respostas simples e clara do assunto, objetivando uma leitura de fácil compreensão por quem tiver acesso ao material e fazer uso destes saberes. Ressalta que, este tipo de pesquisa, traz familiaridade com o assunto construído, além de descrever cada informação de maneira minuciosa sem uso de bases probabilísticas. Os pesquisadores não tiveram a intensão de quantificar os dados achados, mas, apresentar respostas que oportunizasse conhecer, refletir discutir e delinear os fatos. Neste sentido, Proetti (2018), aludi que a abordagem qualitativa possibilita ao investigador ter aproximação direta com o campo pesquisado, diferente de investigação quantitativa, que estabelece rigor e organização nos dados adquiridos com estatísticas numéricas.

## 3. Resultados e Discussão

Há tantas mudanças acontecendo na educação, entre elas, a inclusão do intérprete nas escolas que possuem alunos surdos matriculados. Estruturar o sistema educacional e seu emprego no desenvolvimento integral de cidadãos, é compreender o quão todos, sem diferenças, têm direitos assegurados em utilizar os mais distintos serviços disponibilizados pela sociedade; na escola, lojas, cinema, igreja, shopping, entre outros. O objetivo da ação do intérprete e sua labuta mediando o processo educacional, com condições pedagógicas e capacidades profissionais que desempenham em sua atividade o emprego da libras, são inquietude que instigou trazer conhecimentos sobre a contribuição do intérprete na escola regular de Tutóia. Nesta inquietação, Martins (2016) e suas visões, corrobora aludindo que a inclusão para ser verdadeira a aprendizagem dos surdos nas instituições, deve garantir seus direitos de estar e fazer parte do todo, iniciando pela reorganização curricular, tendo nas dependências da escola a Libras e intérprete para transpor o ensino nas duas línguas e assim construir sua aprendizagem.

Analisando as pesquisas sobre a realidade da educação do Brasil, percebeu-se um altivo número de alunos surdos nos diversos níveis e modalidades de escolarização. Contudo, as escolas pesquisadas, apresentaram diversos desafios em ofertar um ensino de ajuste com as exigências das leis que aduzem o ingresso e permanência do estudante na instituição, com o profissional intérprete de libras. É sabido o quanto é relevante o surdo ter acesso ao saber por meio de um profissional conhecedor, com competências nas línguas asseguradas no Brasil: a Libras e o Português.

Com elas no mesmo recinto o que se espera da educação, é a prática dos dois idiomas nas escolas, onde ambas gerará interações entre surdos e não surdos, os professores terão oportunidades de aprender naturalmente convivendo com a prática da libras em todos os momentos escolares, em especial na classe, por intermédio do intérprete na sala, tornando a turma um espaço de construção de saberes bilíngue, com expectativas de gerar aprendizagem a todos. Vale citar, o quanto se faz necessário na ação de ensinar a mediação do profissional, a utilização de estratégias, metodologias, matérias didáticos mais concreto, visual e projetos humanizador por parte dos profissionais em percebe que cada aluno são diferentes e essas experiências contribui para uma sociedade mais justa, com igualdade de acessibilidade no percurso de todos os processos educativos. Para Lelis (2020, p. 24) “as especificidades pessoais, cada estudante precisa de estratégias pedagógicas que permitam seu acesso ao conhecimento e, estas necessitam permear proposta educacional e social que seja emancipatório”.

Pensar, organizar e propor a inclusão nas escolas, carecem implementar procedimentos metodológicos e humanos que reflita, discuta, viabilize e meçam como vêm se construindo o ensino sem a presença do intérprete de sinais no interior da escola, além de instigar a responsabilidade da sociedade civil a parceria de ofertar a educação. Nesta perspectiva, investigando o in lócus, foi notório a ausência do intérprete, conhecimentos que disseminassem o desenvolvimento de aprender dos alunos surdos, com uma educação acessível as suas condições de aprender: visual/gestual, com o uso da língua de sinais em suas repartições internas. Nas palavras Sacks (2010), a língua quando adentra absolutamente em um espaço, modifica a cultura e o estado pessoal de seus protagonistas, possibilita a interação de comunicação com seus semelhantes, adquirindo e compartilhando conhecimentos.

Nas análise das leituras e nas escolas observadas, é perceptível o descaso de respeito as difernças de aprendizagem do aluno surdo. Pois o acesso é realizado, mas a inclusão não é prática como deviria ser, pode-se mencionar, o ensino que se utiliza especificamente na modalidade oralizada, sem materias visuais/gestuais e com ausencia do intérprete nas três instituições, tendo como recurso didático principal o quadro branco, aulas expositiva, livro e não aproximação do professor regente diante do aluno, com estas práticas, elas apresentaram fracazo em seu trabalho. Dessa forma, a inclusão nas escolas/turmas pesquisadas da cidade de Tutóia – MA, ainda não desenvolve uma educação com inclusão e muito menos bilíngue, tendo nos diversos momentos do espaço escolar e sala de aulas, um ensino voltados especificamente aos ouvintes com conhecimentos e práticas pedagógicas apresentadas na língua portuguesa, sem quaisquer recurso de imagens, cartaz, murais e materiais acessíveis em língua de sinais.

Ainda, sobre a prática desempenhada nas escolas, outra situação nos chamou atenção, das três instituições, uma tinha um pedagogo acompanhando o desenvolvimento acadêmico de um aluno na turma do terceiro ano, mas esta, aplicava conhecimentos desconectado ao currículo planejado para a turma, pelo fato do aluno não ser alfabetizada segundo os relatos adquiridos em momentos livres de conversas com o profissional. Adverti, que seu trabalho era de instrutora, precisando sua prática estar coerente a proposta do professor da sala, mesmo que precisasse de adequação, estas deveriam ser feitas segundo o planejamento e coeso com as necessidades de aprendizagem do aluno. Eliminar conhecimentos tão preciso para favorecer autonomia e futuramente sua identidade, não deve ser ações praticadas nas aulas, além de aludir: a negligência da docente responsável pela classe em transferir sua responsabilidade de ensinar para a instrutora. É sério estar acontecendo ações de exclusão na educação, por parte do professor que assumiu o papel de pensar e estruturar o que tiver de ser feito em prol do desenvolvimento integral dos alunos que estão sobre seu compromisso. Mas claro, não deve-se culpar apenas o professor, sabe-se da importâncias de formação inicial e continuada, da parceria escolar e órgãos educacionais rever o que significa a inclusão direcionada a alunos surdos.

Tendo noção das barreiras existentes nas escolas, foi percebido por parte da gestão e funcionários, ausência de informações, quem é o surdo, como aprende, o que sabe, como se comunicar e quais potencialidades já possui e precisa para serem desenvolvidas juntos a alunos com características linguísticas diferentes da sua. Diante das obeserwações e experiências

vivenciadas, intigou aos pesquisadores a seguinte questão: o que significa uma educação inclusiva? Ficou nítido que as instituições consideradas inclusivas, estão com propostas pedagógicas que não condizem com o significado de inclusão ao discente surdo, sua organização não são estruturadas a darem condições de acesso e permanência, com profissionais mais humanizados, capazes de se colocarem na condição do aluno que aprende e se desenvolve tendo sua língua materna como ferramenta de facilitar e prover sua presença no processo de ensino, sendo-os excluídos das ações realizadas, pelo fato dos profissionais atuantes na escola não conhecerem a linguagem dos surdos e pela falta de outro profissional que fizesse a mediação entre as duas línguas.

Organizar a escola para todos, o surdo necessita em seu desenvolvimento escolar um contexto bilíngue. Assim, fica a inquietação, por quê a educação para surdos não é oportunizada com a presença do intérprete nos anos iniciais e sinais do ensino fundamental da rede municipal de Tutóia – MA? O surdo está presente na escola, e agora? O que necessita transformar para ser implantado o profissional de interpretação? Pois segundo as políticas públicas esta garantia é para ser executada, com as mesmas condições de direito a todos alunos, como aduz a CF - 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, 1990, Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, 1996? Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005?

Leis existe, mas, não se significa dizer que só por ela os direitos do aluno surdo será assegurar, ter um profissional dentro da escola que domine e seja competente em repassar o ensino da língua oral para a Libras. Diante da lei orgânica em seu Art. 205 fala da educação como um direito de “Todos”. Com esta legalidade, as escolas de Tutóia estão em condições não acessíveis à especialidade de aprender do Surdo, precisando de toda equipe escolar, refletir o seu real sentido em prover a educação inclusiva/bilíngue, com urgência de desconstruir e construir propostas diferentes já praticas por elas, tendo em sua concepção o respeito a diversidade pessoal existentes nas salas, como sujeito único, possuidor de capacidades de aprender a aprender, se lhes forem oportunizado condições de um ensino segundo a realidade e necessidade do aluno com a presença do intérprete. Com isso, desmistificar utopias e criar uma nova educação escolar.

Para Masutti, Moura; Campos e Vergamini (2011), a educação como uma ação engrandecedora a vida humana, precisa ser eficiente em sua aplicação, sendo necessário por parte dos profissionais atenta-se para os mínimos detalhes, pois eles, serão eficazes no organismo de um currículo inovador, segundo a diversidade de aprender que se encontra no contexto contemporâneo das escolas. Com experiências diferentes nas salas de aulas, há necessitada de diversificar e dinamizar procedimentos metodológicos que supra as necessidades dos alunos. Neste contexto, o intérprete e sua presença, não deve ser uma utopia nas instituições do município de Tutóia, é fundamental encontrar soluções e discutir com gestores, secretário de educação, sindicatos, conselho educacional, comunidade e outros órgão parceiros, a inserção do intérprete trabalhando na promoção do ensino para alunos surdos, criar rodas de conversa e estudos aos professores que atuam na linha de frente com este público, da importância de aceitar as diferenças e buscar romper suas práticas que não favorece a educação do surdo, pelo motivo destes se apresentarem excludentes, sem uma proposta pedagógica adequada a eles.

No entanto, Mantoan (2003, p. 17), “o aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não há sua identidade fixada em modelos certos, imutáveis, essenciais, ele acende uma crise escolar, em buscar ressignificar o ensino e as práticas pedagógicas dos professores”. A autora esclarece, que não há modelo único de educação, aluno e métodos, por isso, o intérprete é tão necessário em fazer parte da equipe educacional, onde sua função, experiência e conhecimentos em libras, desmitifica práticas errôneas na escola. Com essa certeza, que desempenhar um ensino e este seja coeso a turma e individualidades de aprendizagem, as práxis inclusivas para surdos requer a utilização da língua sinalizada, unida ao português, onde ambas são significativas e, trazem resultados expressivos. Não há como eliminar da educação o intérprete, onde seu trabalho veio a suprir uma das barreiras existentes na escola, a falta de expressão e comunicação por intermédio da Libras.

Com a certeza da real intervenção do intérprete na mediação do ensino em Libras e vice e versa, tendo também recursos diversos que possam ser usados como suporte pedagógico em sala aos discentes surdos, elenca-se no manual

construído por Iles et al. (2020) com uma temática desenvolvida no ensino fundamental dos anos finais: Manual de Libras para Ciências: A célula e o corpo Humano, em sua estrutura traz a Libras de forma dinâmica, coloridas e atrativa ao surdo, mas também aos profissionais que buscarem fazer uso do e-book com a intensão de melhor ofertar o conteúdo trabalhado.

A carência de escolas bilíngues nos sistemas municipais, Muniz, Peixoto e De Freitas Madruga (2018) ratifica a relevância da ação de cada profissional em trazer para prática didática materiais que possa lhes embasar de conhecimentos, enriquecer seu repertório segundo cada conteúdo a ser trabalhado, torne a sala um ambiente vivo, com o uso de variados recursos que estimule a aprendizagem do estudante, tendo o professor e intérprete condições de juntos aprenderem e desempenhar suas funções em Libras. Faz-se menção, tanto o professor como o intérprete, terem papéis distintos de exercer suas funções, mas, ambos se tornam responsáveis pela educação integral do discente.

Em se tratando do surdo com singularidade linguística e sua aprendizagem, quaisquer profissionais que estiver com o foco no aluno e sua educação, jamais podem assumir incumbência que não lhes pertence na ação de educar, o que deve é sentarem, discutir a estruturação do plano, recursos, estratégias, instrumentos e momentos de trabalhar em contexto coletivo, mais também individuais quando assim se fizer necessário. Desde modo, ter comportamentos não aceitáveis diante as propostas que prima a educação inclusiva de ser trabalhada não medindo esforços; a transferência de funções do professor titular para o acompanhante pedagógico foi nítida, entregando a cargo deste a responsabilidade de elaborar, criar estratégias, materiais e isolando o aluno surdo das atividades coletivas junto a classe. Como diz a LDB de 1996, o professor da turma é responsável por todos os alunos, não importa se este tenha ou não deficiência ou outras características que exigirá do docente novas práxis de atuar. Conforme as pesquisas de Aranha (2000), a "filosofia de inclusão" aceita o diferente, e sendo na escola, em específico sala de aula, o espaço se democratiza com oportunidades de aprenderem juntos.

Não tendo por parte do professor atuação mais afinco com o aluno, sua aparência não era visível, sendo orientado especificamente pelo instrutor assim pode-se considerar. Vale apresentar, a negação do currículo proposto para a série, onde as atividades colocadas para serem ensinadas, eram descontextualizados do plano elabora pelo professor, sendo trabalhado conteúdos que achava ser mais adequado ao aluno e não fazendo sentido. Desse modo, o direito a educação é utopia, onde pede um olhar da secretaria de educação, por meios de seus coordenadores de polos e supervisores, agendar um encontro e apresentar o significado da escola para os alunos com diferenças linguísticas, aqui, o surdo. Destaca-se, das três escolas, apenas uma foi encontrado a instrutora e mesmo assim, ela necessita ser orientada do seu papel, suas responsabilidades e como deve desenvolver a prática pedagógicas voltadas ao surdo. As outras no decorrer da pesquisa, não houve em um só dia o intérprete. Para Dos Santos et al. (2021, p. 6) “a educação bilíngue é necessária e indispensável para alunos surdos, já que esta ideologia respeita a estrutura da Libras e da Língua Portuguesa”. Assim, como acontece o ensino para surdos com falta do intérprete?

Segundo as investigações no ano de 2021, as escolas regulares do município de Tutóia – MA, a oferta da educação inclusiva na perspectiva bilíngue ainda é inexistente, com uma inclusão sem as mesmas oportunidades de direitos tanto discutidos nas políticas públicas do país. A escola é o espaço de transformação da sociedade, diante do tipo de cidadão pretende transformar, precisa lhes dar conhecimentos coerentes ao nível que encontra a aprendizagem do aluno, objetivando permiti-lo a conquistar sua cidadania com dignidade. Com isso, a negatividade em adquirir seus conhecimentos formais, como o surdo terá sua construção histórica, identidade e autonomia de ser pleno no meio social, sem ser respeitado sua característica humana. Que tipo de educação estar sendo proposta para os surdos? Não adiante exercer apenas o acesso à escola por imposição da legalidade, esta visão deve ser eliminada e buscar reinventar a escola, com sensibilidade humanizadas diante do outro diferente (Bortoleto et al., 2003).

Discussões de como incluir o aluno surdo, com o intérprete de Libras junto dos trabalhos pedagógicos das instituições educacionais, são questões sendo debatidas dia a dia em todo sistema da educação, mas ainda, lenta as aplicações no chão da escola. É um problema que afeta quase totalidade do Brasil, principalmente a rede municipal em cumprir o que reza as leis

vigentes direcionadas a inclusão. Há urgência de modificar a condição que vive os alunos surdos dentro das escolas, tendo que desconstruídas e construídas concepções profissionais de achar que ter o aluno nas mediações da escola; pode-se considerar que seu direito a educação foi cumprido, não necessitando de outros profissionais ou até mesmo ações didáticas na modalidade visual/ gestual.

São muitas as consequências que traz um ensino não direcionados ao aluno. Entre tantas, cita-se a inabilidades de aquisição do saber formal oferecidos pela escola, por intermédio do professor, o avanço de uma série a outras com não habilidades que deveria possuir; como a leitura, escrita, raciocínio matemático, conhecer-se a se mesmo, enfim, é sério, principalmente quando os profissionais pertencentes a escola começando pelo vigia até chegar o mais alto nível de hierarquia dentro da escola, têm a concepção do aluno por ter a perda da audição, não consegue aprender. Relatos colhidos pelos profissionais. É gravíssima tal crença. Para Vitaliano et al., (2010) mencionam qual a visão da escola para todos, se nas propostas pedagógicas e diante do seu corpo de funcionários acreditam que o aluno surdo apresenta, inabilitado de aprender?

Na revisão da literatura e nas leis do país que trata da educação, não encontrou quaisquer partes que diz: pelo fato do aluno ser deficiente ou ter necessidade educacionais específicas, a escola precisa promovê-lo de um nível a outra, sem antes buscar as mais diversas maneiras de lhes oportunizar um ensino e este seja categórica e com equidade. Por quê trazer estes conhecimentos, por ser percebido nas escolas, atitudes que vêm sendo praticada no decorrer dos anos de avançar os alunos com deficiências sem as competências basilares ao seu desenvolvimento enquanto estudante. São ações como estas, que instiga pesquisas que possa apresentar ao país, conhecimentos de como resolver a oferta de educação acessíveis as reais necessidades de cada município e seu público estudantil. Segundo Skiliar (2013), Quadros (2015), as escolas carecem de orientações de seus gestores maiores, diante de alunos surdos em como acolher e gerar sua permanência.

A falta de preparo das escolas em realizar seu trabalho para inclusão, os alunos surdos estão sujeitos a terem sua educação negada, onde a inclusão está distante de acontecer universalmente. Como aduz Kalatai e Streiechen “Conceber uma escola plural, com todos que integram tenham as possibilidades de libertar-se, é refletir uma nova organização de currículo que elimine as barreiras sociais, políticas, econômicas e passe à abordar as pessoas como cidadãos de uma cultura [...]” (2012, p. 11). A inclusão é um ensino diferente, que aceita, acolhe e gera meios de prover seu trabalho segundo as particularidades de alunos, possibilitando-os ser parte efetiva do contexto que vive.

Inúmeros obstáculos são existentes dentro da escola, entre tantos, a não presença do intérprete. Para dos Santos et al., (2017), deve as instituições encarar que são poucos os professores que tem interesse em conhecer, aprender e prática seu ensino com o uso da Libras no cotidiano de suas aulas, por esta falha, a educação deve trazer para seu papel, o intérpretes como suporte de facilitar o ensino oferecido pelo docente, quando ele se senti ainda incapaz de desempenhar sua ação com os dois idiomas.

Apresentar quem é o intérprete, qual papel terá que executar quando estiver na repartição interna da sala de aula, são conhecimentos que a equipe escolar precisa saber, objetivando criar parceria de trabalho onde o foco é o estudante surdo, dentro de vivências ouvintes, com ensino não específico em libras, com pouco ou quase nada de organização pensada na sua condição de aprender. O intérprete ao executar sua ação precisa primar pelos valores éticos, com respeito à pessoa surda e rigor técnico quando estiver fazendo interpretação do ensino. Na visão de Santos (2012), o intérprete necessita criar vínculo com o professor e principalmente com o aluno, com proposito de gerar segurança e juntos transformar o que for válido para a aprendizagem.

O intérprete para ajudar o trabalho escolar, precisa está presente em momentos que a gestão disponibilizar encontro pedagógicos com seus profissionais, nos planejamentos e demais atividade que estiver em alvo o ensino e a aprendizagem dos alunos. Destaca-se de ser fundamental a escola criar um cronograma de suas propostas, dentro dela, ter espaço de sentar, conversar e discutir com o (os) intérprete(s) alternativas de procedimentos metodológicos mais precisos ao ensino do aluno.

Enquanto pesquisadores, notou-se que as instituições escolares Tutoiense, ainda não desempenha uma educação inclusiva a surdos, precisando edificar novas estruturas de organização com práticas inclusiva/bilíngue, tendo nelas as duas línguas com o intérprete de Libras interagindo com elas.

Com esta perspectiva Girke (2018), coloca do quão a parceria dos profissionais envolvido com o aluno surdo, podem investir em saberes significativo à aprendizagem, não esquecer que todos são corresponsáveis e necessitarão estar em constante formações segundo as dificuldades encontradas em saber transmitir o conhecimento. Portanto, qualquer conhecimento por menor que seja voltado a percepção linguística dos surdos, são de grande valia na promoção de suas habilidades, favorecendo sua autonomia e transformando sua identidade, que muitas vezes ficam invisíveis diante da comunidade majoritária da instituição. O ensino solicita transformações rápidas e capazes de ensinar perante as características do estudante, com aberturas de trabalhar o coletivo e criar vínculos entre escola e intérprete.

O surdo e sua educação, Mantoan (2015) discuti ações educacionais que angustia a comunidade surda, pesquisadores, familiares e demais da sociedade civil envolvido na causa, quando à admissão do bilinguismo ainda não é realidade nas escolas brasileiras, os professores alegam ter formação insuficiente, solicitam o profissional instrutor/intérprete aos órgãos competentes e são negados, as aulas são ministradas com base oralista e as práticas didáticas são especificamente expositivas. Para Albres (2010) o intérprete torna-se peça essencial em ajudar o trabalho do professor com os alunos surdos, traz para o recinto novas expectativas de aprendizagem do sujeito surdo, linguisticamente diferente da turma, dispõe de conhecimentos que podem ser compartilhados entre eles de como conscientiza-se da acuidade de superar as dificuldades presentes na escola.

A educação com missão de fortalecer seus cidadãos dotado de conhecimentos, tendo sentimento e atitudes mais humanizadas, aprendendo a conviver democraticamente com as diferenças existentes, há urgência de debates com à Secretaria de Educação, por meio da coordenação da Educação inclusiva, em resolver as dificuldades pedagógicas, com intuito de promover nas escolas o intérprete, pelo fato delas possui discentes surdos. Corroborando ainda, com novos aspectos de ensino voltados a educação para surdos, Palma (2012), aduz sobre o respeito ao pluralismo, com experiências exitosas de conhecimentos, sendo primordial ao ensino a língua de sinais e o intérprete em completar o ato pedagógica.

À educação um direito garantido, deve ser fortalecida com a união entre os membros da instituição. O estatuto da Pessoa com deficiência – LBI (2015), capítulo IV, inciso V, assevera da adoção de metodologias coletivas e individuais que elevar ao máximo o desenvolvimento pleno do aluno com deficiência, tendo sua participação ativa no processo de aprendizagem e de forma significativa no contexto das escolas de ensino público e privado (Civil, 2015). Significa o quanto é importante um trabalho coletivo que valorize e respeite o aluno em suas diferenças de aprender a aprender.

Nestes aspectos, um ensino mais acessível ao discente surdo, precisa da ajuda do intérprete, trazendo ele a ser coadjuvante na coordenação de seus conhecimentos, com compartilhamento de saberes nas línguas oficiais do Brasil, aduzindo também, de surdos e ouvintes trocar vivências de saberes diversificados. Deste modo, Lacerda e Santos, (2014), contribuem sobre a preparação da escola para inclusão de surdos, com espaços mais dinâmicos na ação de educar. Porém, deve haver dialogado constante quando aborda assuntos da Libras, do surdo, sua aprendizagem e do intérprete, mencionar também, que a língua de sinais deve ser aprendida por surdos e ouvintes, com o objetivo de torna-la natural na sociedade. Com esse e outros motivos, é relevante as palavras de Sacks (2010), Fernandes (2012), ratificam o surgimento da Libras como uma língua de interação pedagógica na classe, possibilita aos alunos se apropriarem e internalizar costumes, saberes, comportamentos, histórias e culturas diferentes, ricos a construção de uma sociedade justa e de igualdade a cidadania.

Todavia, reforça que as instituições escolares municipais de Tutóia, anseia em implantar a Libras como disciplina obrigatória, para assim, superar os percalços ainda existentes dentro de sua estrutura pedagógica. Conforme Albres e Saruta (2012), a reestruturação dos projetos pedagógicos das instituições, precisam ser revistos, colocando a Libras como reza o direito assegurado na Lei de Diretrizes e Base da Educação nacional, no ano de 2021. Menciona-se também, a disseminação da

presença do profissional intérprete, ciente por todos, de assumir funções não condizente a sua prática. Mas claro, mesmo sabendo que cabe o professor ensinar, terá momento que poderá praticar tal ação, não reduzindo a responsabilidade de instruí-lo sempre que for preciso. Não deixar de lado, o quanto seu papel junto ao aluno, torna-se a fonte fundamental de segurança, inspirando confiança, sendo ele, a pessoa que o aluno surdo espera o ensinamento (Alves, Alves & de Paula Ferreira, 2010). Neste sentido, pensar no surdo, o ensino deve ser coerente com profissionais competentes, face à forma de aprendizagem, desmitificando comportamentos discriminatórios (Perlin & Strobel, 2006). É sabido dos desafios persistentes de comportamentos não inclusivo aos surdos, em escolas próximas de sua residência, sua língua e o intérprete inserido na educação. Por esta razão, o profissional tornou-se conhecido pela Lei de nº 10.436/2002 e a 12.319 do dia 01/09/2010 de reconhecer a função do profissional em todas as áreas que necessitar mediar a interpretação da Libras para o Português e vice e versa (Silva, 2013).

#### 4. Conclusão

Pode-se afirmar, que o ensino inclusivo, não trabalha métodos acessíveis aos alunos surdos. Sendo considerado a educação uma utopia na educação de Tutóia-Ma. Nas revisões literárias e observações realizadas no campo de pesquisa, mostrou falhas em cumprir os direito dos alunos surdos com uma educação de equidade na rede municipal, tendo obstáculo na inclusão do intérprete, por falta da Secretaria de Educação não disponibilizar o intérprete em seu quadro de funcionários no sistema educacional, dos gestores conhecerem, mas não lutar pela presença do mesmo no ensino, desempenhando seu trabalho nas duas línguas reconhecidas no Brasil. Menciona-se também, as práticas desempenhadas na sala de aula e nas outras repartições das escolas não consideram a Libras e a presença do intérprete fonte basilar na promoção de um ensino inclusivo/bilíngue. Com estas condições tão marcantes nas escolas e no município de maneira geral, elas possuem profissionais especializados em outras áreas, mas, não na língua natural do surdo, tendo com esta ausência rever de como proceder o ensino com práticas, procedimentos pedagógicos e o profissional especialista em Libras. Portanto, a escola que possui aluno surdo em seu espaço é inclusão?

Uma situação falha, encontra-se também, nas atividades extraclasse, nas áreas internas da escola como os serviços de secretaria, biblioteca, laboratório de computação, refeitório, direção e coordenação pedagógica, tendo seus profissionais sem conhecimento de como comunicar-se, interagir e oportunizar os saberes que o surdo precisa. Estas carências reforçam mais ainda a importância do intérprete mediando o feedback dos profissionais com o estudante surdo. Nos relatos livres, percebeu angústia por parte dos professores em está ministrando suas aulas sem ter formação específicas em Libras, querendo por parte do órgão competente o profissional fazendo parte da função pedagógica. Nestes desabafos, compreende que os professores não se importam se é o intérprete ou outro profissional, o que deseja é ter alguém para acompanhar os trabalhos pedagógicos junto aos alunos na sala de aula. Significa que, mostrar a realidade do ensino público no município não é real e sim uma utopia.

Para tanto, dar o acesso de matrícula na escola a alunos surdos, não é inclusão, ela só se torna inclusiva quando as necessidades de aprender de todos forem atendidas. Esses conhecimentos alude o respeito que deve ter em promover acessibilidade ao ensino direcionado e pensado as características linguísticas do surdo, objetivando não deixá-lo a margem de experimentar vivências históricas e culturais diferentes as suas, com a Libras e o Português sendo interpretadas pelo profissional da área. São nítidas as lacunas de práxis que contribuía para o desenvolvimento acadêmica dos alunos com perda da audição no campo escolar. Todavia, a permanência de alunos surdos na escola, é imprescindível refletir, discutir e analisar criteriosamente os detalhes que estão impedindo a formação integral do aluno, com respeito às suas diferenças.

Porém, ser diferente, não implica incapacidade, pelo contrário, é por elas que nos torna sujeitos únicas, com características distintas dos outros. Conforme as crenças da sociedade, à diversidade ao plural e a tolerância, reserva ao estudante a garantia de estar e fazer-se parte permanente do ensino aprendizagem juntos ao outro diferente nas escolas de

Tutóia – MA. O surdo tendo a libras sua língua nativa, precisa tê-la no seu ensino, seja por mediação do professor se ele souber ou de outro profissional.

Com relação as garantias legais da educação, o surdo e seu ensino, há políticas públicas que resguarda o direito do cidadão ter serviços condizentes e com qualidade na promoção de habilidades, sem ser negado esforços em buscar estratégias, métodos, profissionais e outros mecanismos que contribuam na transformação de cidadãos íntegros em sua construção pessoal, para assim, saber se apegar a todos e conseguir resolver os obstáculos que vier vivenciar com autonomia. Nesta circunstância, o dia a dia social, necessita despertar o reconhecimento das minorias raciais, culturais, religiosas, econômicas e da comunidade surda por meio das leis, caso os direitos individuais sejam violados. Adverte-se, que mesmo com as leis, é fundamental a sua prática nos diversos segmentos da sociedade, em especial na educação, quando for notado negligência de não acessibilidade aos surdos com o uso da libras e sem a presença do intérprete, além de haver fiscalização mais rígidas no cumprimento dos direitos.

Salientamos, que há necessidade na produção de novas pesquisas que gerem desconforto aos órgãos públicos como forma de indignação e apelo para que demais e futuras investigações acerca do benefício do intérprete de libras seja levada em consideração para uma necessidade extrema, que, permeiam toda comunidade acadêmica, tonando-se algo necessário e prioritário para os envolvidos, tanto alunos como profissionais da educação. Trabalhos relacionados à políticas públicas é uma sugestão a tornar-se mais um elo neste envolvimento para mais um passo a ser dado nesta contextura educacional.

## Referências

- Albres, N. D. A., & Saruta, M. V. (2012). *Programa curricular de língua brasileira de sinais para surdos*. IST.
- Alvez, C. B., Alvez, C. B., & de Paula Ferreira, J. (2010). Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. MEC, Secretaria de Educação Especial.
- Aranha, M. S. F. (2000). Inclusão social e municipalização. *Educação especial: temas atuais*, 1-10.
- Bortoleto, R. H., Rodrigues, O. M. P. R., & Palamin, M. E. G. (2003). Inclusão escolar enquanto prática na vida acadêmica de portadores de deficiência auditiva. *Revista Espaço*, 47-52.
- Brito, L. F. (2010). *Por uma gramática de línguas de sinais*. TB-Edições Tempo Brasileiro.
- Civil, C. (2015). Lei Nº 13.146, de 6 de julho 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília.
- Chizzotti, A. (2018). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. Cortez editora.
- De Aquino Albres, N. (2010). Mesclagem de voz e tipos de discursos no processo de interpretação da lingual de sinais para o português oral. *Cadernos de tradução*, 2(26), 291-306.
- Do Brasil, S. F. (1988). Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.
- Dos Santos, R. M., de Oliveira Brito, S. M., da Silva, R. E., Melo, D. S., & Gomes, E. B. (2021). Desafios do ensino de Ciências para alunos surdos. *Research, Society and Development*, 10 (13), e39101320757-e39101320757.
- Dos Santos, J. C. C., de Bruim Vieira, E. T., & da Costa Vieira-Machado, L. M. (2017). Inclusão de surdos: práticas cotidianas no CAS e atuação do intérprete de Libras-Português como intelectual específico. *Revista Espaço*, (48).
- Fernandes, S. (2012). O que os surdos adultos têm a dizer aos pais de crianças surdas?
- Girke, C. A. (2018). Atuação e papéis do intérprete educacional de Língua de Sinais.
- Glat, R. (2018). Desconstruindo Representações Sociais: por uma Cultura de Colaboração para Inclusão Escolar1. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24, 9-20.
- Grassi, D., Zaroni, G. G., & Valentin, S. M. L. (2011). Língua Brasileira de Sinais: aspectos linguísticos e culturais. *Trama*, 7(14), 57-68.
- Iles, B. et al. (2019). Manual de libras para ciências: a célula e o corpo humano.
- Lacerda, C. B. F. D. (2014). Santos, Lara Ferreira dos. Caetano, Juliana Fonseca. Estratégias Metodológicas para o Ensino de Alunos Surdos. IN LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. SANTOS, Lara Ferreira dos.(Orgs.). *Tenho um aluno Surdo, e agora*, 185-200.
- Lelis Ribeiro, L. (2020). *O tradutor intérprete de libras: Análise da legislação vigente*.

- Kalatai, P., & Streiechen, E. M. (2012). As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil. Irati, PR: Universidade Estadual do Centro-Oeste de Irati.
- Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* Summus Editorial.
- Mantoan, M. T. E. (2003). Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. *Educação*, 49, 127-135.
- Martins, L. M. D. S. M. (2016). Práticas e formação docente na UFRN com vistas à inclusão de estudantes cegos (Master's thesis, Brasil).
- Masutti, M. L., Moura, M. C., Campos, S. R. L., & Vergamini, S. A. A. (2011). Políticas linguísticas: o português como a segunda língua dos surdos. Moura, MC; Campos, SRL; Vergamini, SAA Educação para surdos: práticas e perspectivas II. São Paulo: Santos, 49-63.
- Muniz, S. C. S., Peixoto, J. L. B., & de Freitas Madruga, Z. E. (2018). Desafios na inclusão de surdos na aula de matemática. *Revista Cocar*, 12 (23), 215-239.
- Oliveira, F. B. (2012). Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. *Revista Diálogos & Saberes*, 8 (1).
- Paim, P. (2015). Estatuto da Pessoa com deficiência.
- Palma, N. O. (2012). Libras instrumento de inclusão escolar do aluno surdo. Monografia de Lato Sensu, Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa Extensão e Pós-graduação. São Joaquim, Brasil.
- Perlin, G., & Strobel, K. (2006). *Fundamentos da educação de surdos*. Florianópolis: UFSC.
- Santos, O. P. (2012). Sinalizações de um professor surdo: a interpretação de Libras como processo de retextualização (Master's thesis, UEPA).
- Proetti, S. (2018). As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. *Revista Lumen*, 2 (4).
- Sacks, O. (2010). *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Editora Companhia das Letras.
- Silva, K. M. D. S. C. (2013). Intérprete de língua de sinais: um estudo sobre suas concepções de prática profissional junto a estudantes surdos (Master's thesis, UFU).
- Teixeira, W. D., Boer N., & Franzin, R. de F. (2020). A profissionalidade e personalidade do docente da Língua Brasileira de Sinais – Libras. *Revista Research, Society and Development*, 9(8), 1-20. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.6056>.
- Vitaliano, C. R., Dall'Acqua, M. J. C., & Brochado, S. M. D. (2010). Língua Brasileira de Sinais nos currículos dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas dos Estados do Paraná e de São Paulo: caracterização da disciplina. Londrina: EDUEL.